



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Cláudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Luiz Nishimori*
PFL *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Marcelo Rangel*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Secr. Heron Arzua	03
Dr. Nestor Bueno	03
Interpelações:	

Dep. Reni Pereira	05
Dep. Elio Rusch.....	09
Dep. Osmar Bertoldi.....	11
Dep. Jocelito Canto	12
Dep. Tadeu Veneri	14
Dep. Antonio Belinati.....	15
Dep. Douglas Fabrício.....	16
Dep. Luiz Cláudio Romanelli.....	18
Encerramento da Sessão	19

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
COM O SECRETÁRIO DE ESTADO
DA FAZENDA, SR. HERON ARZUA
SOBRE A LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL
REALIZADA EM
22 DE MARÇO DE 2007**

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Osmar Bertoldi, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (23).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (28).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Mamede (03).

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Audiência Pública, de acordo com o que prevêem os artigos 98 e 99 do Regimento Interno: *A Assembléia reunirse-á em Audiência Pública, sob a direção do seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer o Secretário de Estado.*

O Secretário terá assento na primeira bancada até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para uso da palavra pelos Deputados. O Secretário somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre o assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à questão. Em qualquer hipótese a presença do Secretário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia. O Secretário de Estado, no início, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo, cada um, fazê-lo por mais de cinco minutos. Para responder cada interpelação o Secretário terá o mesmo tempo dado pelo item anterior que o Deputado teve para formulá-lo.

Serão a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis. É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar a palavra por cinco minutos, sem apartes.

Portanto, com muita honra, recebemos hoje a presença do Secretário Heron Arzua, juntamente com o Diretor Geral, Dr. Nestor Bueno, Assessoria da Secretaria da Fazenda, para que cumpramos um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com a palavra o Secretário Heron Arzua.

Secretário Heron Arzua

O SR. HERON ARZUA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. 1º Secretário Alexandre Curi, meus senhores e minhas senhoras.

É com satisfação que volto aqui à Assembléia para cumprir um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nas vezes anteriores disse que eu sempre estou à disposição, junto com a equipe da Secretaria da Fazenda, de vir aqui à Assembléia a qualquer momento, a qualquer hora, sem convocação até, para conversar assunto de interesse do Estado do Paraná e, especificamente, dos projetos de lei da Assembléia Legislativa.

Nós temos que passar uns quadrinhos, pessoalmente para mim muito aborrecidos, a minha formação de advogado não combina com esses quadros que o Dr. Nestor, penso, vá apresentar com a eficiência de sempre.

Passo, de logo, a palavra a ele e nós podemos dar uma olhada no que aconteceu no último quadrimestre do ano de 2006. Nós, daqui um ou dois meses, vamos ter que voltar aqui para apresentar os quatro primeiros meses deste ano. Esta assembléia já deveria ter sido realizada. No dia 31 de janeiro eu mandei todas as informações para a Assembléia, mas havia todo o problema de férias, de nova Legislatura. De qualquer maneira, estamos aqui prontos para responder aquilo que nós soubermos. Aquilo que não soubermos nós diremos com a maior franqueza que não sabemos.

Com a palavra o Dr. Nestor.

Dr. Nestor Bueno

O SR. NESTOR BUENO

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

É com imensa satisfação que comparecemos a esta Assembléia para neste momento, em Audiência Pública, apresentar os resultados, ou trazer as informações relativas, constantes da exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101 do ano de 2000, relativo ao terceiro quadrimestre de 2006, como já informou o Dr. Heron. São dados primários, mas os grandes números, do balanço do Estado, serão apresentados na prestação de contas a esta Assembléia dentro do prazo que está estabelecido, o que será, aproximadamente em 15 de abril.

Vamos abrir a primeira página do nosso caderno de informações. Nessa primeira página nós temos aí os valo-

res totais das receitas e das despesas, aquelas que foram previstas na Lei Orçamentária e aquelas que foram fixadas na mesma lei.

Na segunda coluna nós temos as receitas realizadas, receitas correntes, receitas de capital e a dedução para formação do FUNDEF. Vejam, nesta coluna são as receitas totais, estão incluídas aí aqueles 25% do ICMS que pertence aos municípios e também os 50% do IPVA que também pertence aos municípios. Nas despesas nós temos as correntes de capital e também a amortização da dívida. Verifica-se por essa primeira página que nós arrecadamos 14 bilhões e 794 milhões e empenhamos e processamos despesas no valor de 14 bilhões e 476.

Alguma pergunta sobre esta primeira informação? Estamos à disposição dos Srs. Deputados e ao público, porque é uma audiência pública.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Sr. Presidente, eu não sei se ao final de toda explanação será aberto à perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero crer que ao final da exposição fica mais fácil. Vários Deputados já se inscreveram. Dr. Nestor, então ao final o senhor responde às indagações.

O SR. NESTOR BUENO

Nesta página aqui temos a informação do que se gastou no ano de 2006, do que se gastou com o ensino. A receita resultante dos impostos, que é a base de cálculo para o dispêndio com o ensino e o limite constitucional, 25%; dessa receita resultante dos impostos nós conseguimos aplicar no ensino, em 2006, 28,37% da receita resultante dos impostos. Ultrapassamos o limite constitucional em 3,37%.

Aqui neste quadro nós temos a informação relativa ao limite legal com as despesas com pessoal. Temos ali o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público. A receita corrente líquida é a base de cálculo para o percentual estabelecido na Lei de Responsabilidade para as despesas com pessoal. O limite legal das despesas com pessoal para o Poder Legislativo é 3%, o limite prudencial; 95% desse limite legal, 2,85 e o alerta do Tribunal de Justiça 2,70%. O total da despesa líquida com pessoal dispendido pelo Poder Legislativo alcançou 2,75% da receita corrente líquida do exercício de 2006. O Poder Judiciário a mesma coisa e alcançou 5,12%. E o Ministério Público que tinha o limite de 2% alcançou 2,27%.

Limites das Despesas com Pessoal do Poder Executivo e o Total do Estado. A Lei de Responsabilidade limita a despesa com pessoal para os Estados na ordem de 49%. Nós atingimos um total de despesa líquida com pessoal, o Poder Executivo 44,91% e o total do Estado 55%. Bem abaixo do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Endividamento do Estado. O endividamento do Estado é calculado sobre a receita corrente líquida. O

Estado pode se endividar até 16% da receita corrente líquida. É evidente que nos últimos quatro anos o Estado não se valeu de nenhum financiamento, a não ser aqueles financiamentos já existentes e que ainda não tinham sido cumpridos na sua totalidade. Esse limite está fixado para endividamento. O limite legal para contratar, na ordem de 1 bilhão e 825. Nós realizamos no último ano 131 milhões. E ainda existe um saldo de endividamento de 1 bilhão e 693. O limite legal com os serviços da dívida da mesma forma, são calculados com 11,5% da receita corrente líquida. Nós ainda temos um saldo de 208 milhões de reais. E o limite para saldo devedor na ordem de 6 milhões e 700. O limite para concessões de garantias, ainda temos um limite de 1 bilhão e 400. E o limite legal para operação de antecipação de despesa não foi usado nenhuma vez durante os quatro anos do Governo Roberto Requião.

Contratos de aberturas de créditos de compra e venda de títulos. Esses títulos são aqueles adquiridos pelo Governo que antecedeu o Governador Roberto Requião. São os títulos adquiridos ainda pelo Governo Jaime Lerner como parte da exigência da União Federal para a reforma do sistema financeiro do Estado. No contrato firmado com o Estado e a União, o Estado se comprometia - além de tomar aquele empréstimo para a privatização do Banco do Estado - também a adquirir os títulos de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Guarulhos e Osasco. Títulos Públicos emitidos por este Estado. Esses títulos foram adquiridos em 1999 ou 2000, pelo valor de 456 milhões e 618 mil e hoje, no dia 31 de dezembro de 2006, esse valor devidamente corrigido alcança a cifra de 972 milhões e 962 mil reais. É bem verdade que esse contrato de compra e venda desses títulos está sendo discutido judicialmente, não só pelo Ministério Público Federal, que propõe a sua nulidade em juízo, como também pelo Ministério Público Estadual e também ações promovidas pelo titular desses títulos hoje, pelo titular desse crédito hoje, que é o Banco Itaú.

O Contrato de Confissão de Dívida. O Contrato de Confissão de Dívida é aquele contrato que o Estado, em 2000, fechou com o Governo Federal para a reforma do sistema financeiro. Esta reforma do sistema financeiro que terminou, evidentemente, com a venda em leilão das ações representativas do Capital do Estado no Capital do Banco do Estado, o que foi chamado de privatização do Banco do Estado, que iniciou com o compromisso da União de emprestar ao Estado o valor de 3 bilhões e 850 milhões. Este valor foi entregue ao Estado devidamente corrigido, porque foi transferido em parcelas ao Estado. E durante os anos de 1998 e 1999, o Estado recebeu aqueles 3 bilhões e 850 milhões iniciais, dos quais 1 bilhão e 200 se destinava à compra de ativos de difícil liquidação, pertencentes ao Banco do Estado; 2 bilhões e 250 milhões, se não me falha a memória, era para capitalização do Banco do Estado e 100 milhões se destinavam a concretização da agência de fomento e capitalização dessa mesma agência. Esses valores, os 3 bilhões e 850,

até 1999 recebemos devidamente corrigidos: 5 bilhões e 665 milhões. Até o ano de 2006, até dezembro de 2006, nós já pagamos à União Federal 5 bilhões e 367 milhões e ainda estamos devendo 9 bilhões e 132 milhões.

Vejam os senhores que este valor deverá ser pago nos próximos 24 anos, porque o contrato era para trinta anos e já foram pagos seis anos. E estamos pagando o serviço da dívida mensal na ordem de 54 milhões por mês. E vamos ter que continuar pagando isso até o final dos próximos 24 anos. Temos, como disse anteriormente, uma série de ações contra aquela compra daqueles títulos que fizeram parte integrante da proposta de financiamento pela União.

Se perdermos todas as ações, esse saldo devedor é corrigido pela SELIC, o que importa num aumento do saldo devedor que vou mostrar posteriormente. E que só essa aplicação da penalidade por descumprimento do pagamento daquele contrato de compra e venda dos títulos estaduais e municipais, implicou num aumento do estoque da dívida na ordem de um bilhão e meio. Se nós perdermos todas as ações e tivermos que honrar aquele compromisso, evidentemente que esta prestação de 54 milhões estaria em 64 milhões. A aplicação daquela penalidade, a modificação dos índices de correção do saldo devedor desta dívida, inclusive a penalidade, era modificação da correção do saldo de IGPD + 6% para SELIC. Daí porque o estoque da dívida desses últimos anos aumentou um bilhão e meio. Mas tenho esperança que o Estado vai ganhar todas as ações.

Temos aquele primeiro Contrato de Confissão de Dívidas - os senhores e as senhoras devem se recordar que quando se iniciou a reforma do sistema financeiro do Estado do Paraná, a administração da época contratou com a União Federal uma confissão, assunção, consolidação e refinanciamento da dívida mobiliária do Estado. Todos sabemos que a dívida mobiliária do Estado é aquela decorrente da emissão de títulos públicos do Estado. Na época, o Estado tinha uma dívida não vencida, evidentemente mobiliária, no valor de 520 milhões. E esta dívida foi refinanciada, juntamente com a dívida que tomamos daqueles empréstimos para a privatização do Banco do Estado.

Em dezembro de 2006, aplicado àquela penalidade, ou seja, a modificação do índice de IGPD mais 6% para a SELIC, este estoque da dívida atingiu 9 bilhões e 132 milhões. Se não tivesse sido aplicada a penalidade pelo inadimplemento daquele contrato de compra dos títulos públicos, esta dívida, hoje, estaria bem menor, estaria em 7 bilhões e 664 milhões.

Vejam a diferença: nós colocamos ali embaixo os índices de correção. O IGPD mais 6%, daria ao ano, 98% aplicado a SELIC, com mais 1%, a correção subiu para 16%. Daí esta diferença fabulosa.

Serviço da dívida pública: a receita corrente são 11 bilhões e 409 milhões, o limite para o endividamento é 11,5% desta receita corrente líquida, o que daria o total de 1 bilhão e 312 milhões. O serviço da dívida, hoje, nós

estamos na faixa de 1 bilhão e 103, bem aquém do limite estabelecido. E se descontarmos, ainda, a Lei nº 9496, que autorizou o empréstimo com a União para o saneamento do Estado, nós teríamos um serviço líquido da dívida pública na ordem de 686 milhões.

Os precatórios: nós temos um estoque de precatórios a recolher na ordem de 3 bilhões, 685 milhões. Estes precatórios são precatórios que evidentemente não foram recolhidos desde 96, pela administração anterior, até o ano de 2002. Daí porque se avolumou neste total. É bem verdade que se for comparado este total com o total que nós apresentamos já no primeiro quadrimestre, pode parecer que se pagou um valor expressivo de precatórios. Todavia, o que aconteceu é que o Supremo Tribunal Federal não considerou válido um precatório de valor nominal na ordem de 1 bilhão e 300 milhões e integrado a este total, devidamente corrigido, o estoque de precatórios passava de oito bilhões de cruzeiros.

Tendo o Supremo Tribunal Federal definido que a parte incontroversa daquele precatório originariamente de 1 bilhão e 300, a parte incontroversa era tão somente 168 milhões. Evidentemente que sem pagamento nenhum, a dívida de precatórios diminuiu para 3 bilhões e 685.

Num acordo entre cavalheiros, acontecido entre os dois tribunais, o Tribunal do Estado e o Tribunal do Trabalho Federal, nós estamos pagando desde 2003 o valor de dez milhões por mês de precatórios, num total de aproximadamente 120 a 125 milhões por ano, independente do pagamento de precatórios de pequeno valor, que todo mês, à medida que nós recebemos o precatório, já no mesmo mês recolhemos. Isto importa em torno de 300 a 350 mil reais por mês. E estão sendo devidamente cumpridos.

O comparativo da dívida pública do exercício de 2005 com 2006: em 2005 nós fechamos um total da dívida pública de quinze bilhões e em 31 de dezembro nós fechamos dezesseis bilhões. Não se fez nenhum endividamento deste ano, também. Mas, a diferença é tão somente da correção monetária da dívida.

Último quadro, com isto damos por cumpridas as informações que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige e estamos à disposição.

Interpelações:

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente, quero me inscrever para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o primeiro Deputado inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Dr. Nestor, Secretário da Fazenda, técnicos que o acompanham.

É lógico que a prestação de contas, em termos gerais, não aprofunda os detalhes. E eu até gostaria de me ater a algumas coisas que inclusive o Dr. Nestor não abordou.

Nós sabemos que o Estado do Paraná tem, mês após mês, se destacado pelo aumento da arrecadação. E a imprensa noticiou, neste último mês, que há uma previsão de decréscimo de arrecadação na ordem de seiscentos milhões, para este ano. Então, vou fazer três perguntas e eu gostaria que o senhor me respondesse na sequência.

Primeira pergunta: existem fatos que induzem a esta previsão pessimista? A segunda pergunta diz respeito ao demonstrativo publicado na gestão do dinheiro público, pela Secretária da Fazenda, em que ele mostra que o Estado do Paraná encerrou 2006 com 1,75 bilhões em ativos disponíveis. E 1,22 bilhões em obrigações financeiras. Ou seja, restos a pagar, enfim, pagamentos que deveriam ser efetuados. Sobrando, aí, um saldo de 524 milhões. Mas, ocorre que percebi que em relação aos outros demonstrativos financeiros publicados pela Secretaria da Fazenda, houve uma introdução de um mecanismo novo.

O artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal é bem claro, que só pode deixar restos a pagar se tiver ativos financeiros disponíveis. E o modelo adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional, como ativo financeiro disponível, diz: dinheiro em caixa, em banco ou aplicação financeira. E assim o Paraná sempre fez. Tanto é que tenho, aqui, este demonstrativo de 2005, 2004, 2003 e assim por diante. E de outros Estados, como o Estado do Acre, do Rio de Janeiro, que também consideram como ativo financeiro somente caixa, banco e aplicação financeira, conforme o modelo adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Porém, o Estado do Paraná, em relação ao demonstrativo de disponibilidade de caixa, de janeiro a dezembro de 2006, incluiu - espero que não seja uma mera engenharia conceitual - como ativo financeiro: créditos a receber e outros créditos em circulação. Dando um total de 297 milhões.

Se nós desconsiderarmos esta rubrica, que não existia e nunca existiu em outros anos, e não existe em outros Estados, perante o modelo adotado pela Secretaria, nós teríamos passado o ano com um déficit de 214 milhões. Então, a segunda pergunta é esta: a que título e o que é esta nova rubrica que foi inserida neste modelo?

E por último, já concluindo e perguntando: se esta insuficiência de caixa foi real, nós logicamente descumprimos a Lei de Responsabilidade Fiscal dando este déficit de dois milhões e pouco. E conseqüentemente, insurgindo numa afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal, proibindo o Estado do Paraná de receber repasse, inclusive cem milhões que foi anunciado, ontem, pelo Líder do Governo, que o Ministério vai repassar para o Estado, devolvendo essas multas e suspendendo.

A consulta que faço a V. Sa. é nesse sentido, sobre a nova rubrica inserida como ativo disponível

como outras disponibilidades financeiras, créditos a receber e outros créditos. Eu entendo que isso não é ativo disponível.

O SR. NESTOR BUENO

A pergunta do Sr. Deputado é muito pertinente, mas gostaria de explicar o seguinte: veja, não estamos trazendo uma prestação de contas. A prestação de contas do exercício de 2006 será trazida à Assembléia no prazo fixado na Constituição, ou seja, até o dia 15 de abril de 2007. Nós estamos fazendo, aqui, neste momento, o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. São as informações econômico-financeiras do Estado relativas ao terceiro quadrimestre do ano de 2006, ou seja, aquelas informações referentes ao orçamento e às finanças de todo exercício de 2006.

Gostaria de lembrar ao Deputado que o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que, no último ano de gestão, uma administração pública deve, a partir do primeiro dia do segundo quadrimestre desse último exercício, liquidar até o dia 31 de dezembro toda despesa realizada nesses oito meses. Se ele não o fizer, se ele não pagar - vou usar as expressões “pagar” e “liquidar” que elas são diferentes - todos esses compromissos relativos às despesas realizadas de 1º de abril até 31 de dezembro, ficando, conseqüentemente, parcelas a serem pagas no próximo exercício - e essas parcelas não são nada mais nada menos do que restos a serem pagos -, a administração deve deixar disponibilidade de caixa suficiente para cumprir essas parcelas.

Verifica-se aí que a Lei Complementar se preocupou muito com o orçamento do último ano de Governo, certo? Era o último ano que preocupava demais a administração para que ela não deixasse restos a pagar sem cobertura para a próxima administração. Posso assegurar ao Deputado que o Governador Roberto Requião, neste último ano de administração, cumpriu rigorosamente o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

César, você tem o quadro da disponibilidade financeira? Por favor... Embora ele não faça parte destas nossas demonstrações, mas nós temos isso aí, possivelmente, no computador.

Toda essa polêmica, inclusive, foi suscitada por um jornalista de um dos grandes jornais do Brasil, em que ele fez uma pequena confusão com os dados de exercícios anteriores como se fossem dados do último exercício do mandato do Governador Requião.

Está aí o demonstrativo de disponibilidades de caixa, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Vejam os senhores que no dia 31 de dezembro o Estado fechou com uma disponibilidade financeira na ordem de 524 milhões e argüiu aquelas parcelas que deveriam ser pagas no exercício de 2007 e que naturalmente, no Balanço do Estado seriam por disposição legal inscritas como restos a pagar. Mesmo se nós escrevêssemos como escrevemos já, aquele valor como restos a pagar, ainda ficamos com uma suficiência de caixa na ordem de doze

bilhões de reais. Prova de que, realmente, cumprimos rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal nesse último ano.

Esse quadro demonstrativo, é uma das exigências dispostas na mesma Lei de Responsabilidade, no artigo, se não me engano, 53 ou 54.

O artigo 52 se refere a muito mais exigências decorrentes da prestação de contas, ou seja, do Orçamento Geral do Estado. E será apresentado naturalmente, quando da apresentação do Balanço Geral a esta Assembléia, em 15 de abril.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Esse quadro faz parte do artigo 55, exatamente o que estou indagando a V. Sa. Se entendermos que nessa nova engenharia conceitual, que não existia, o Governador é o mesmo, mas o Governo é outro. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem que analisar aquilo que ficou de restos a pagar e o ativo disponível do ano. E aí que vai a minha questão: se lá no ativo disponível temos outras disponibilidades financeiras constando nesse total créditos a receber, portanto, não é ativo disponível. E outros créditos em circulação, não são ativos disponíveis. Partimos de dinheiro positivo, 524 como V. Sa. falou, tendo um resto a pagar de 511, nós passaríamos de uma suficiência de caixa para uma insuficiência real na ordem de 214 milhões.

A pergunta que deixo para V. Exa. - não quero polemizar, entendo da sua competência, da sua responsabilidade - só que faço em forma de requerimento: que a Secretaria da Fazenda encaminhe para esta Casa o que é esse dinheiro e baseado em que a Secretaria da Fazenda lançou como ativo disponível “créditos a receber”.

O SR. NESTOR BUENO

Não precisa, nobre Deputado, pedir por requerimento. Vou pedir ao nosso Coordenador da Receita, Dr. César Ribeiro, que faça a abertura desses valores. Felizmente trouxemos no computador e temos todas essas aberturas.

Esses outros créditos a receber são aqueles 165 milhões que temos a receber; veja, não é uma transferência voluntária do Governo Federal, decorrente daquela aplicação da multa e que o Governo Federal, para se cobrar daquela diferença de índice, ele retém do fundo de participação dos Estados, aproximadamente, dez milhões por mês. Como somos obrigados a dar entrada pelo total da nossa participação no fundo estadual, evidentemente, como estamos discutindo em juízo a veracidade dessa aplicação, dessa penalidade, então contabilizamos no ativo do Estado como retenção indevida da Secretaria do Tesouro Nacional, o valor correspondente a todos esses meses.

Então, nesses outros créditos a receber, temos 165 milhões que são devidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, retidos indevidamente. Se ganharmos, evidentemente, todas ações, esse dinheiro será devolvido. O

Governador anunciou que desde a data da sentença prolatada pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná - se não me engano é junho de 2006 - esse valor será devolvido agora. Devolvido esse valor teríamos do ano passado, de junho a dezembro, aproximadamente setenta milhões e mais trinta milhões, correspondentes a esse ano. Porque a Secretaria do Tesouro Nacional descontou do Fundo de Participação do Estado, do mês de março, dez milhões, totalizando 165 milhões, sem a correção monetária.

Vou pedir o Dr. César que abra todos esses itens, e acredito que com isso responderemos e evitaremos um requerimento do Deputado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Peço um aparte da sua tréplica, tendo em vista que usei o meu direito de réplica.

(Assentimento)

O senhor falou muito bem, temos crédito, é ativo, não resta dúvida, mas não é ativo disponível, tanto é que não se efetivou. Está lançado o demonstrativo como ativo disponível, para suprir aquela demanda de restos a pagar. Portanto, na minha explanação, não tivemos um caixa positivo, não tivemos uma suficiência real de caixa e, sim, uma insuficiência real. Não resta dúvida que o Estado tem que pagar e entendo que deve ganhar esse repasse, mas ele é ainda uma expectativa. Ele é um ativo, mas não disponível. É justamente aí que fiz a minha pergunta.

Nunca, nas outras prestações do Estado houve esse lançamento, porque a Secretaria do Tesouro Nacional diz claramente o que é ativo disponível: dinheiro em caixa, dinheiro em bancos e em aplicações financeiras. Esse repasse é uma expectativa, é um ativo, mas não é um ativo disponível capaz de suportar os restos a pagar. Entendo que V. Exa. está querendo explicar que existe a iminência de ter esse dinheiro. O Governador é o mesmo, portanto, não iria deixar de pagar os restos a pagar, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal diz, claramente, o que é ativo disponível. Ativo ainda a ser efetivado não é considerado ativo disponível.

O SR. NESTOR BUENO

A inclusão desse ativo, desses outros créditos a receber, nesse demonstrativo, é uma exigência, inclusive, da Secretaria do Tesouro Nacional. Não inventamos este quadro, que é decorrente de uma portaria da Secretaria do Tesouro e ela exige que seja feito desta forma, porque ele integra, sem dúvida alguma, o ajuste fiscal. Temos uma suficiência de caixa na ordem de quinhentos e tantos milhões e os restos a pagar atingem um valor bem menor. Se o senhor tiver a oportunidade de verificar isso na prestação de contas, mesmo assim fechamos um balanço do Estado, com todo o demonstrativo, com um valor em caixa bem superior a esses quinhentos milhões. Mas aqui neste quadro a exigência da Secretaria do Tesouro é a inclusão somente desses valores.

O Dr. César irá abrir os demais valores.

Sr. César Ribeiro

O SR. CÉSAR RIBEIRO

Bom-dia, Deputados. Sou o Coordenador da Administração Financeira do Estado, responsável pela montagem desses quadros.

Esses são manuais da Secretaria do Tesouro Nacional, que todo ano são alterados. Esses quadros seguem uma norma, para que todos os 27 Estados da União e Distrito Federal tenham o mesmo perfil. A parte das disponibilidades financeiras permite que coloque aquilo que seja disponibilidade líquida e certa do recebimento, porque o que acontece? Quando nós fazemos uma projeção da receita do mês em números macros, prevejo que vou receber quinhentos milhões e faço minha despesa em quinhentos milhões. Só que o Governo Federal vem lá e retém dez milhões. Então, na verdade tenho uma despesa de quinhentos, porque é a minha receita líquida e certa, só que recebo só 490 milhões. Esses dez milhões, desde que começou essa retenção, começa a se tornar um restos a pagar quase que imposto pelo Governo Federal e que gerou esse número de 196 milhões - é uma despesa líquida e certa.

Os outros créditos em circulação, aqueles 31 milhões são uma dívida da PARANAPREVIDÊNCIA. É um crédito previdenciário que é a parte dos outros Poderes, é um acerto. Quer dizer, o Estado está repondo esse dinheiro e no caso dos outros Poderes e das instituições que não fizeram o acordo com a PARANAPREVIDÊNCIA e há retenção, é o Estado que põe a parte e quando é feito o convênio, quando é assinado o convênio com a instituição - digamos a Assembléia e a PARANAPREVIDÊNCIA - esse dinheiro retorna ao Estado e por isso, então, que está ali como líquido e certo. E isso as portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, a última deste ano, porque todo ano eles emitem quatro ou cinco livros, ela permite que façamos essa apropriação. Não sei dos outros Estados, teríamos que consultar todos os outros 27 Estados para saber quais outros que têm esses créditos líquidos e certos a receber. Então, é por isso que temos.

Na posição da disponibilidade financeira, esse 1 bilhão e 745 é um valor que está disponível em todos os órgãos do Estado, porque esse demonstrativo é feito com toda a administração direta, autárquica, fundacional e as empresas públicas. Então, esse 1 bilhão e 745 era um dinheiro que existia em caixa em todo o Estado do Paraná e não na Secretaria da Fazenda - estava em caixa na Assembléia, no Tribunal de Justiça, na Educação, na Saúde, na EMATER, etc. Essa é a posição de caixa, esse dinheiro estava todo em caixa no Estado, em todas essas empresas. Então, nós tínhamos caixa, e caixa que eu digo é numerário. No Tesouro Geral do Estado desde antigamente não existe a figura de caixa, de tesoureiro no Estado, então o Estado não tem numerário em lugar nenhum - não pode ter, porque é proibido pela Constituição e todo o nosso dinheiro é recebido pelos bancos. No Poder Executivo temos ali a UNIOESTE, UNISPAR,

TECPAR, Teatro Guaíra, MINEROPAR e CLASPAR, eles tinham esse dinheiro em caixa financeiro em algum lugar na figura do tesoureiro, porque são entidades e, por exemplo, a UNIOESTE deve ser recebimento de cópia, xerox que aí eles cobram, que é isso que eles têm. Então, esses são aqueles noventa mil reais que estariam em caixa.

E o dinheiro disponível que tínhamos em caixa, que é 1 bilhão e 518 e estava todo em aplicação financeira no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica, que são os únicos bancos que podemos trabalhar, que podemos ter aplicação financeira. Então, o Tesouro Geral do Estado tinha 22 milhões, a Assembléia tinha oito milhões, o Tribunal de Contas, O Tribunal de Justiça, o Ministério Público e ali vamos relacionar órgão por órgão quanto cada um desses órgãos tinha em caixa no dia 31 de dezembro - não assumo a responsabilidade pelo número da Assembléia e nem por nenhum deles, porque esse é o número contábil que estava à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dr. César, ao tempo em que agradeço a exposição de V. Sa., queria solicitar aos Srs. Deputados que, em que pese a fidalguia dos assessores da Secretaria da Fazenda em responder temas que não são pertinentes a esta Audiência Pública, que diz respeito exclusivamente ao terceiro quadrimestre da Lei de Responsabilidade, que nos ativessemos a perguntas pertinentes ao tema. Claro que é extremamente apaixonante e poderíamos ficar aqui o dia inteiro inquirindo, perguntando, aprendendo e realmente nos atualizando com essas questões pertinentes à Secretaria da Fazenda, mas hoje é uma Audiência Pública, nós temos vários Deputados inscritos para perguntas, e eu quero, novamente, reiterar o meu pedido, para que os Deputados atenham-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu terceiro quadrimestre.

Portanto, eu quero agradecer a fidalguia, a gentileza, Dr. César, inclusive ao Dr. Nestor, abrir a pasta abordando outro tema que poderia até não ter trazido aqui, senão vamos avançar o dia inteiro.

Então, eu queria pedir a compreensão dos Srs. Deputados. O Deputado Reni Pereira é um expert no assunto e é claro que vai ficar debatendo com os técnicos da Secretaria da Fazenda, o dia inteiro aqui.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Eu abro mão da explicação do Dr. César. Com certeza, se entrarmos em detalhes, daqui a pouco vão querer aprofundar a verba do Ministério Público. Tenho certeza que o Deputado Jocelito Canto vai entrar, mas Dr. Nestor, depois nós conversamos, após o término da audiência, na minha reticência, quanto a esse ativo disponível. E faz parte, Sr. Presidente, eu não estou fugindo, porque o último quadrimestre envolve o fechamento do caixa.

Então, eu não fugi do tema, mas eu não quero me ater aos detalhes. Sempre tive esse respeito e essa consi-

deração por parte do Dr. Nestor e eu tenho certeza que ele vai me explicar, depois de terminada a audiência, e caso reste alguma dúvida, temos os mecanismos regimentais.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para constatar aqui um dispositivo que a aplicação conceitual...(inaudível)...que está sendo explicado em relação a Lei Complementar 101, é fruto de uma resolução da Secretaria do Tesouro Nacional, que a Secretaria da Fazenda está utilizando este modelo que serve para o Paraná e para todos os outros Estados da Federação. Somente para deixar claro isto, registrado, porque senão parece que aquelas palavras...(inaudível)...há uma explicação muito objetiva.

O SR. NESTOR BUENO

Gostaria só de complementar a explicação que o Dr. César deu ao Deputado.

Veja, Deputado, se realmente não tivéssemos contabilizado exatamente aquilo que estamos discutindo em juízo - não nos conformamos com a aplicação daquela penalidade, ou seja, a modificação da SELIC mais 6%, da IGPDI mais 6% para a SELIC, o que redundou numa retenção desses dez milhões - se nós tivéssemos contabilizado diferente, sem mostrar que estamos contabilizando exatamente em função do que estamos discutindo em juízo, nós não tínhamos este ativo aqui e a modificação seria completa, porque não costumamos fazer nenhuma engenharia contábil. Nós procuramos registrar os atos e fatos que acontecem durante um exercício, sem nenhuma engenharia, porque não há necessidade nenhuma.

Felizmente, como não se fez nenhum empréstimo e que todas as despesas nos quatro anos de Governo se fixaram exatamente dentro das despesas fixadas pela Assembléia Legislativa, não há porque fazer este tipo de engenharia. Se incluímos ali é porque realmente este dinheiro é nosso e nós vamos ter que receber de volta.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, mais a título de sugestão: eu recebi da minha assessoria um CD e um material impresso com a capa de todos esses elementos que foram apresentados. Eu fui à minha casa e quis abrir o CD pensando que dentro dele estaria o histórico de cada capa que foi apresentada hoje. Talvez, se para uma próxima audiência nós tivéssemos a capa de cada tema da maneira que foi apresentada hoje e o histórico de como chegou naqueles números, talvez facilitasse e desse uma maior transparência em todo este processo e talvez a própria audiência se tornasse mais sucinta.

Fica a minha sugestão aqui para os técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo Deputado inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nosso amigo Secretário da Fazenda Heron Arzua. Na sua pessoa quero cumprimentar todo corpo técnico da Secretaria da Fazenda e dizer que nunca canso de enaltecer o trabalho técnico que o Secretário Heron Arzua está fazendo no Governo. Nós sabemos da sua austeridade e a forma como conduz a questão econômica e financeira do Estado do Paraná. Por inúmeras vezes temos debatido aqui na Assembléia Legislativa a questão financeira no Estado do Paraná.

Quero parabenizar também o Deputado Nelson Justus quando ele disse que tínhamos que nos ater exclusivamente à exposição do quadrimestre, mas como o Dr. Nestor Bueno fez menções sobre algumas questões do BANESTADO e do Governo passado eu preciso, Sr. Presidente, entrar ao menos um pouco nessa questão. Se pegarmos, única e exclusivamente, a questão do quadrimestre, o próprio relatório também se desviou do objetivo que o senhor falou, embora que o último quadrimestre do ano seja diferente do primeiro e do segundo porque há um fechamento do caixa.

Diante disso, eu só queria lembrar aqui as palavras do Dr. Nestor quando ele fez menção à dívida do Banco do Estado do Paraná. Se nós olharmos e fizermos uma análise - e o Dr. Nestor, com muita propriedade expressou isso - que o Governo do Estado não contraiu nenhuma dívida na gestão passada, mas mesmo assim a dívida consolidada líquida cresceu algo em torno de 60 a 65%, sem contrair empréstimo algum.

Se nós pegarmos também a questão do BANESTADO a qual o senhor se referiu, eu gostaria que a Secretaria da Fazenda informasse a este Parlamentar e a esta Assembléia Legislativa: por que sempre se fala da maldita dívida do BANESTADO? A origem da dívida do BANESTADO - é essa a solicitação que eu faço, Sr. Presidente, à Secretaria da Fazenda - quando o BANESTADO foi privatizado, quando foi saneada a dívida do BANESTADO, entraram precatórios podres, por imposição do próprio Banco Central e muito bem dito, também, pelo Dr. Nestor. O Estado aceitou porque o Banco Central pediu que o Estado aceitasse nessa negociação. Agora, a dívida do BANESTADO quando da sua privatização, de onde é que veio esta dívida? De que governos? Quanto era a dívida do BANESTADO no término de 1994? E, se possível, a Secretaria da Fazenda nos enviar também o ofício que o Banco Central mandou para o BANESTADO, para o Governo do Estado, para a Secretaria da Fazenda, alertando o perigo do BANESTADO.

Eu falo isso, Sr. Presidente, porque sempre se fala no BANESTADO, a cada audiência pública. Então, que seja isso esclarecido definitivamente. Se a dívida do Estado cresce na ordem de 50, 60%, consolidada, sem fazer empréstimo nenhum, lógico que a dívida do BANESTADO quando foi privatizado também cresceu,

reflexo do Governo passado. Tenho informações que o BANESTADO recolheu ao sistema interbancário, para fechar o caixa, setecentos milhões, oitocentos milhões por dia, para fechar o caixa. O que representou isso no final do mês? Quanto representou isso de juro? Todo mês que o Banco do Estado estava pagando, o povo do Estado estava pagando!

O SR. HERON ARZUA

Deputado, eu tenho uma sugestão para fazer a V. Exa.: pedir a convocação aqui do Dr. Fayet, que foi o primeiro Presidente do Banco na gestão do Jaime Lerner. Ele vai lhe dizer como estava o Banco em 1995. Ele está por aí ainda, o Dr. Fayet. Ficou um ano, um ano e pouco na gestão do banco. Porque outro dia ele disse numa palestra, de que se o banco fora vendido em 1995 ou 1996, o Estado não teria ficado devendo nenhum tostão e nós teríamos ainda um lucro. Eu até sugiro que podiam trazer o Dr. Fayet aqui, que entre outras coisas é oposição ao Governo Roberto Requião.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Poderíamos convidar o Reynhold Stephanes que é o Secretário do Governo para vir aqui, que foi o Presidente do BANESTADO, quando foi privatizado.

Vamos aos fatos: pergunto ao Dr. Nestor, eu vou fazer as perguntas e depois o senhor me responde, rapidamente. Por que a Saúde não consta no relatório que foi enviado a nós, já que é disposição constitucional? Não consta no relatório que nós recebemos. Quanto que o Estado gastou com a Saúde?

Sabemos que na Saúde a Assembléia Legislativa aprovou no ano passado, o Governador vetou, que não fosse inclusa à questão do saneamento. Só o PROSAN, que é um financiamento e não pode ser contado na receita, resultando impostos. Mas, consta como despesa para atingir parece-me, salvo juízo contrário, para atingir os 12%.

Então, gostaríamos de receber também a questão de Saúde. Quanto o Estado efetivamente gastou? Por que não veio para nós?

Na folha nº 8 que nós recebemos, que fala do contrato de confissão e assunção da conciliação do refinanciamento da dívida. Fala aqui que foram efetuados pagamentos até dezembro de 2006, de cinco bilhões de reais. Se o senhor pudesse encaminhar futuramente para nós, aqui na Assembléia, quando foram pagas, em que Governo, ano após ano? Também não consta no nosso relatório. Só fala que foi pago até 2006, até cinco bilhões de reais. Pelo que nós temos aqui, me parece que não foram mais liquidadas dívidas maiores, pelo menos os números que nós temos aqui.

Na questão da Educação, eu gostaria de perguntar também ao Dr. Nestor, uma vez que fui informado que o Estado gastou 28,37%, incluindo o 3º grau. Conforme a Constituição, só pode ser contada a questão do ensino fundamental e do ensino médio. Inclusive, nós temos um

parecer do Chefe de Gabinete, hoje, do Governador do Estado do Paraná, Dr. Rafael Iatauro, quando ele era Conselheiro do Tribunal de Contas.

Palavras do Conselheiro Rafael Iatauro, que dizem o seguinte: “O Estado do Paraná, em 2004, não alcançou os limites constitucionais de aplicação dos recursos de Educação e Saúde. Na primeira, Educação, para se chegar ao índice, foram agregados mais uma vez gastos com universidades, quando é previsto apenas ensino fundamental”.

Não são palavras minhas, são palavras do Conselheiro Rafael Iatauro. Então, esses 28% estão efetivamente inclusos para o 3º grau, ou está contemplado só para o ensino fundamental e para o ensino médio?

Nós ouvimos da sua pessoa e eu respeito. O senhor disse: “Que bom resultado do PIB, em 2006, ainda é mais expressivo em se comparando com a gestão anterior, encerrada em 2002. À época o Paraná tinha 685 milhões em ativos disponíveis. Três bilhões e 770 milhões em obrigações financeiras. O que gerou uma insuficiência de caixa, de três bilhões e cem milhões. A Lei de Responsabilidade não foi cumprida pelo Governo que nos antecedeu”.

Só que nós temos que lembrar a V. Sa., e o senhor falou exatamente isso, eu acho que foi na “Escolinha” do Governador. O senhor disse isso que foi transmitido ao público no Paraná inteiro. Só quero lembrar ao senhor e às autoridades da Secretaria da Fazenda, que em 2002, as obrigações importaram em três bilhões e 770 milhões, porém se esqueceram que estavam incluídos os dois bilhões e 820 milhões de precatórios. Se diminuíssemos esse valor dos mesmos, a insuficiência de caixa em 2002 seria de 266 milhões. E seria insuficiência, também.

Agora, se nós formos incluir também os precatórios, este ano, no relatório, em relação à comparação que o senhor fez, em relação ao déficit de 2002, incluirmos também os precatórios na gestão, no orçamento do ano passado, nós chegaremos a um déficit de dois bilhões e seiscentos milhões de reais também.

Acho que quando se afirma um déficit comparando um Governo com o outro, nós temos que efetivamente ver na sua essência o que foi aplicado e o que não. Inclusive, em 2002, não foi usado esse quadro a que o Deputado Reni Pereira também se referiu. Eu entendo que ativo disponível é efetivamente dinheiro em caixa, ou dinheiro em banco, ou aplicações. Eu não consigo entender que títulos a receber seja ativo disponível. O próprio Governo, nos anos anteriores, não usou exatamente essa sistemática.

O SR. NESTOR BUENO

O Deputado pode não concordar, mas é uma exigência da Secretaria do Tesouro e é uma exigência daquilo que nós estamos discutindo em juízo. Nós temos como obrigação registrar contabilmente os atos e fatos praticados durante o exercício. Nós não incluímos esse quadro da Saúde, porque não é uma exigência da Lei de

Responsabilidade, mas nós temos o quadro aqui, mesmo porque esse índice é levantado duas vezes por ano, por disposição da Secretaria do Tesouro Nacional. Mas, temos esse quadro aqui, da despesa com Saúde.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado, eu queria entrar numa questão de conceitos.

O SR. HERON ARZUA

Os nossos conceitos são iguais aos conceitos da gestão do Governador Jaime Lerner, tanto no Saneamento, como na Saúde, como na Educação.

Eu vim de uma reunião do CONFAZ, ontem, e todos os 26 Estados, mais o Distrito Federal, consideram despesa de Educação, inclusive o 3º grau. Todos, inclusive, a União Federal e os Municípios.

Na questão da Saúde existe um projeto de lei complementar, aonde há um debate, ainda, se as questões de Saneamento, se elas devem ou não ser incluídas, como Saúde. Todos os Estados, inclusive a União Federal, consideram o Saneamento como a questão de saúde.

É só para explicar o conceito que V. Exa. disse que na questão da Educação o 3º grau não entra. Isso não está na Constituição. Se nós tivermos uma Constituição aqui basta ler, para falar em Educação. Mas, é por essa razão, contra o meu voto, aliás, que o Governador mandou um projeto para a Assembléia e aumentou para 30%. Eu acho um esforço que o Estado do Paraná vai ter que fazer, muito grande. O Rio Grande do Sul, que é um dos Estados do Brasil que está quebrado, está com 35%.

Então, é uma questão de conceito: na Educação se inclui sim, o 3º grau. E na questão de Saúde, se inclui sim, o Saneamento, até que venha uma lei dizendo que não. Assim mesmo o Estado do Rio de Janeiro já tem tudo arrumado, que se sair uma lei complementar excluindo o Saneamento, eles vão questionar isso no Supremo. Entendem o que é Saneamento. Quanto ao PROSAN, quem está pagando o empréstimo é o Estado do Paraná. A SANEPAR leva o dinheiro de graça do Estado? Nós é que vamos pagar. O Estado é que vai pagar!

Mas, o que eu quero dizer é o seguinte: não houve retificação de conceitos da gestão do arquiteto Jaime Lerner, de quem aliás eu fui Procurador, durante doze anos, da nossa equipe. Inclusive, a equipe da Fazenda é a mesma. Não houve modificação. Os funcionários são os mesmos das gestões anteriores. Os conceitos foram os mesmos. Agora, esta comparação que V. Exa. fez eu também tinha me apercebido dela, da inclusão nos precatórios em 2002. Acho que se nós incluirmos os precatórios em 2002, vamos ter que incluir em 2006. Para fazer a comparação, nós vamos ter que excluir o de 2002 e o de 2006. Aí eu estou com V. Exa.

O SR. NESTOR BUENO

Só complementando, a respeito dessa inclusão e exclusão, foi uma modificação exigida pela Secretaria do

Tesouro Nacional. Foi ela que exigiu que a partir de 2003 se excluísse esta disponibilidade, porque tinha uma lógica bastante interessante: os precatórios se referem a exercícios passados, não só ao exercício que passou, mas a diversos exercícios. E a disponibilidade financeira se refere, única e exclusivamente, ao último ano de mandato do administrador. Então, não tem sentido trazer restos a pagar ou precatórios, ou serviços da dívida de outros exercícios, isso mesmo em função do maior princípio do orçamento, que todos aqui nesta Casa defendem, que é o Princípio Anual do Orçamento.

Mas, eu quero começar pela primeira pergunta e também complementar. Veja, Deputado, eu não tenho absolutamente nenhuma mágoa e não tenho nenhum problema com a administração Jaime Lerner. Mesmo porque eu fui Secretário da Fazenda da Prefeitura de Curitiba durante doze anos. Entre a Fazenda e a despesa da Prefeitura de Curitiba, eu permaneci só durante dezenove anos. E acompanhei bem de perto a administração do Governador Jaime Lerner na Prefeitura, nos dois primeiros mandatos. Então, não tenho porque fazer crítica alguma e nunca fiz. O que eu mostrei anteriormente foi que no ano de 2002, a administração não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

E vou mais longe ainda, um pouco, se eu tenho de memória os números: no dia 31 de dezembro de 2002, quando a responsabilidade do fechamento do balanço já era nosso - porque nós assumimos a Secretaria da Fazenda em 2003 - nós cancelamos despesas empenhadas e que não tinham cobertura de caixa da ordem de 170 milhões. E propusemos ao Governador Jaime Lerner que, mesmo sem disponibilidade de caixa, mantivesse despesas que tinham sido realizadas no último ano de gestão daquela administração, se não me engano da ordem de cem milhões. Nós argumentávamos ao Governador e ele aceitou nossa argumentação, porque eram despesas que diziam respeito à razão de ser do próprio Estado. Eram despesas com Segurança Pública, despesas com Saúde, despesas com Assistência Social e Educação. Então, mesmo que não houvesse cobertura em caixa, estas despesas nós assumimos e pagamos, no exercício de 2003. Estas despesas contrariavam também a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós fizemos ver ao Governador que elas deveriam ser cumpridas, porque eram da razão do próprio Estado.

Mas, aqui nós temos um quadro que o senhor pediu. Nós estamos mostrando que nós atingimos, no ano de 2006, o percentual de 12,22% com despesas de Saúde. E neste valor, neste percentual, ainda não está incluído o Saneamento Básico. Se nós incluirmos o Saneamento Básico nós passaremos para 13,5%, ou seja, 1,5% a mais do que é a exigência da Constituição Federal.

Agora, quero dizer mais aos Deputados: Saneamento Básico está expresso na Constituição. É Saúde. E quando nós mostramos o quadro da Educação, é o quadro de ensino. A Constituição Federal determina os 25% em ensino. E eu entendo que no ensino está incluída parte

do ensino superior, que se refere a ensino, porque a parte dos ambulatórios das universidades estaduais estão inseridos aqui na despesa com Saúde e não como despesa em Educação.

Não sei se respondi, se há mais alguma pergunta. Esses quadros podem ser consultados a qualquer momento. Eles já estão na internet e já foram publicados no Diário Oficial. Inclusive este, da Saúde.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Estes quadros todos aos quais o senhor se referiu, inclusive a folha 8 do pagamento desta dívida, até dezembro de 2006, também consta da internet?

O SR. NESTOR BUENO

Também. Não me lembro se já foram retirados ou passados. Mas, devem estar na internet.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Se não estiverem...

O SR. NESTOR BUENO

Se não estiverem, nós podemos encaminhar, não há problema nenhum. Agora, eu não consigo ver o crescimento de 60% da dívida no ano de 2005 para 2006. A dívida consolidada do Estado cresceu só 3,5%.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não, de 2003?

O SR. NESTOR BUENO

Não, de 2003 nós não trouxemos, porque estamos tão somente revelando dados do exercício de 2006. Mas, podemos, sem dúvida alguma, encaminhar ao Deputado também os quadros, as dívidas de 2003, 2004. Não temos porque não fazê-lo.

Deputado Osmar Bertoldi (PFL)

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Sr. Presidente, Secretário Heron Arzua, Dr. Nestor. Na verdade, o que faz a minha indagação - porque venho cobrando há dias a realização da audiência pública, porque entendo que é um excelente instrumento de transparência ao público - sou franco em dizer: acho que esta audiência deveria ter mais publicidade, ter tido mais a participação popular, mas acompanhando todos estes dias, através da imprensa, através da própria TV Educativa, pude observar que existiu um certo dilema com relação ao demonstrativo da disponibilidade de caixa, demonstrativo financeiro do Estado, no último quadri-mestre. Até porque por palavras ditas pelo senhor mesmo, existe uma dificuldade muito grande de apresentar este demonstrativo, quando se diz respeito a ser o último ano de gestão. Eu não consigo entender muito bem qual era a alegação de V. S^a. no porquê do atraso deste demonstrativo de gestão financeira.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, me permita um esclarecimento: estes quadros, o CD com toda esta informação foi encaminhado à Assembléia já no mês de janeiro. Nós não atrasamos a entrega no mês de janeiro porque, sem dúvida alguma, a audiência deveria se realizar até o último dia do mês de janeiro. Então, mesmo com dados, com números, num primeiro momento que talvez se modifiquem um pouco ao fechamento do balanço, nós tivemos esse cuidado de, no princípio de janeiro, encaminhar todos esses dados à Assembléia.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Pois é, mas nós recebemos esses dados em nosso gabinete, na semana passada.

O SR. NESTOR BUENO

Os quadros já estavam aí desde janeiro.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Na segunda-feira. Eu vinha cobrando isso porque acredito que temos que andar dentro da lei, aqui nesta Casa, até porque um dos objetivos dos Deputados é o poder de fiscalização das finanças públicas do Estado, em especial, e do processo e cumprimento das leis maiores. Hoje, quando falamos de estar ou não dentro da lei, nesta Audiência Pública estamos fora da lei.

O SR. HERON ARZUA

Deputado, só para lembrar o seguinte: acho que V. Exa. não era Deputado em 31 de janeiro, porque nós mandamos para todos os Deputados da Legislatura de 31 de janeiro, como obriga a lei e não para aqueles que assumiram a partir do dia 1º de fevereiro. Talvez, tenha sido isso.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Faço a pergunta a algum Deputado da Legislatura passada se receberam esses dados em seus gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Presidência responde a questão de ordem de V. Exa.: a Assembléia tem, realmente, este relatório desde janeiro.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Tudo bem, porque na verdade, eu gostaria é que as próximas audiências fossem feitas dentro da mesma data; gostaria de ter um relatório mais completo e detalhado para os Deputados; gostaria também que fosse cumprido, até por que existem alguns problemas que vão surgindo decorrentes de um e de outro.

Se você observar, por exemplo, a Lei nº 10.028/00 pune o agente financeiro que não prestar contas nas suas datas, pessoalmente, com até 30% do seu salário. Quer dizer, o não cumprimento dos quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal vai incidir em pena de multa aos próprios membros da Secretaria.

O SR. NESTOR BUENO

Por isso que nós encaminhamos em janeiro...

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Nesse sentido quero questionar, porque a meu ver, temos que ter isso com ampla divulgação para que possamos ter, efetivamente, a participação da comunidade. Hoje, aqui, estamos os Deputados, mas não vemos nenhum membro da sociedade organizada fazendo suas indagações com relação ao Estado. Então, é um questionamento e um pedido.

Se esse quadro demonstrativo está divulgado desde a data de 31 de janeiro, estamos dentro da lei.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, as portas da Secretaria da Fazenda estão abertas. Qualquer indagação que V. Exa. deseje nós estamos prontos a fornecer. Felizmente, a Secretaria da Fazenda nada tem a esconder. Tudo que nós fazemos, fazemos de portas abertas, não usamos nenhuma engenharia, mesmo contábil.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Pelo amor de Deus, o objetivo da minha indagação é até porque sou um Deputado que estou no meu primeiro mandato. Tenho procurado estudar os dados do Estado, conheço muito sobre dados econômicos do município que me trouxe a esta Assembléia, que é Curitiba, mas gostaria de poder estudar de maneira mais ampla a questão econômica, a questão orçamentária do nosso Estado.

Agradeço o seu convite.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarto orador inscrito: com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, primeiramente quero dizer a V. Exa. que na Sessão de segunda-feira, com a devida aprovação do nosso Líder Luiz Cláudio Romanelli, estarei protocolando uma convocação do ex-Presidente do BANES-TADO para vir a esta Casa para falar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A pergunta de V. Exa..

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou só comunicando a V. Exa.. E se ele quiser vir, como disse o Dr. Heron, será importante.

Quero lembrar também, Sr. Presidente - não vou me calar aqui nesse momento - a Assembléia estava convocada em janeiro de 2007. Estávamos com uma convocação extraordinária, e se não foi feita a audiência pública é porque alguém não fez, porque nós estávamos convocados. Se a Secretaria da Fazenda mandou os

dados, como disse o Deputado Bertoldi, e eu não fui convocado em momento nenhum para vir para essa Sessão, inclusive levei um “cacete danado” porque recebemos convocação extraordinária. Se realmente a Assembléia quisesse fazer a Sessão, poderia ter feito, estávamos convocados e até recebendo por estar aqui. E o documento foi entregue aqui na Assembléia. Se a Assembléia não convocou, foi um erro da direção da Assembléia.

E quero registrar aqui, os Deputados que estão presentes nesta sessão. V. Exa. transferiu a Sessão Ordinária para essa Audiência Pública. É importante que o Paraná publique, que a imprensa que está aqui, depois, não diga lá que havia meia dúzia de Deputados, que coloque o nome de quem veio. Quero fazer essas considerações em nome do respeito a quem trabalha, Sr. Presidente, porque segunda-feira, se isso não acontecer, vou fazer um requerimento nesta Casa pedindo para colocar um livro-ponto ali.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, a pergunta de V. Exa.. Estamos numa Audiência Pública, não no teatro. Por gentileza, a sua pergunta. Não cabe a questão de ordem de V. Exa. A pergunta, por gentileza.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, já fiz. Obrigado, Sr. Presidente.

Queria perguntar à Secretaria da Fazenda alguns assuntos que acho importantes e vou começar com o Ministério Público, o guardião da lei. O guardião da lei, pelos dados colocados aqui na página 4, diz que o alerta do Tribunal de Contas é de 90%; era 1.8. O limite prudencial era 1.9 e o limite legal com despesa de pessoal do Ministério Público era 2.0; e o Ministério Público gastou 2.27.

Queria saber do Dr. Nestor, Dr. Heron, baseado em que lei que o Governo do Estado repassou ao Ministério Público, além da previsão do orçamento? Como passou a mais? Não tem dinheiro para aumentar os professores; não tem dinheiro para aumentar outros cargos; não tem dinheiro para pagar aquele Plano Bresser para os funcionários públicos do Estado do Paraná, que não receberam e estão na Justiça. Mas, tem dinheiro para passar além do orçamento ao Ministério Público.

Quero perguntar aos membros da Secretaria da Fazenda: não é um crime repassar além do orçamento? Quem determinou foi o Governador? Foi o Secretário? Quem passou além do limite aquilo que podia receber o Ministério Público?

O Governador disse publicamente no final do ano, que foi feito um ajuste de conduta. Está em todos os jornais. E repassou dinheiro a mais ao Ministério Público.

Existe no termo técnico da contabilidade, na Constituição do Paraná, na Constituição do Brasil, o termo “ajuste de conduta” na questão financeira? Porque quando um Prefeito passa qualquer errinho no dinheiro do Ministério Público, não faz ajuste de conduta. Faz

improbidade administrativa e propõem a cassação dos direitos públicos daquele Prefeito.

Agora, vejo aqui, os guardiões da lei gastaram 2.27 e aqui no Paraná sabe-se que no Plano Bresser, o Ministério Público passou sem precatório. Os funcionários desta Casa não receberam, os funcionários do Estado não receberam, mas alguns apadrinhados da política do Paraná receberam. Os apadrinhados do Ministério Público receberam esse Plano Bresser sem precatório judicial, que configura um crime muito maior, que muitos Prefeitos cometeram no Paraná. Eu perguntaria ao Secretário de Finanças do Dr. Nestor, por que o Ministério Público recebe a mais do que deveria receber, como determina a lei: 2.27?

O SR. HERON ARZUA

Deputado, esses 2.27 que o Ministério Público ultrapassou é com relação à despesa de pessoal. Isso não quer dizer que tenhamos passado a mais dinheiro para eles. No bolo que eles receberam deram mais para pessoal. O que não quer dizer que tenhamos passado mais dinheiro para eles. Em segundo lugar - sem defender o Ministério Público - o Ministério Público não concorda com os conceitos que a Secretaria do Tesouro Nacional tem com relação à despesa de pessoal. Eles excluem alguns, como Imposto de Renda, pessoal inativo. Amanhã, possivelmente, o Procurador-Geral da Justiça vai dizer que não é 2.27, porque eles gastaram dentro do limite, porque os conceitos que eles usam são outros. Estou só explicando, não estou justificando nada. Primeiro: não passamos dinheiro a mais - eles que gastaram a mais.

Esses conceitos que estão, aqui, nesses quadri-nhos, seguem a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, que não é a mesma orientação do nosso Tribunal de Contas e não é o conceito adotado pelo Ministério Público paranaense.

O SR. NESTOR BUENO

Se dentro dos conceitos do próprio Ministério e do Tribunal de Contas for retirado o Imposto de Renda retido, esse percentual, despesa com pessoal do Ministério Público, reduz bastante.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Dr. Nestor, com relação ao Ministério Público: gastou 2.27. Qual é o conceito que está certo? O Governo tem um conceito e o Ministério Público tem outro?

O SR. NESTOR BUENO

Nós argüimos o conceito exigido pela Secretaria do Tesouro Nacional: o Ministério Público não podia gastar com pessoal mais do que 2%.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Gastou.

O SR. NESTOR BUENO

E gastou 2.27%. É um problema. Temos que demonstrar aqui a exigência da Secretaria do Tesouro. Possivelmente, quando isso for argüido pelo órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, que é o Tribunal de Contas, o Ministério Público vai mostrar que se ele retirar, evidentemente, o valor correspondente ao Imposto de Renda, talvez, mais alguma verba que o próprio tribunal concorda que não seja incluído, esse percentual de despesa com pessoal vai ser reduzido. É um problema do Ministério Público com o Tribunal de Contas e com a Secretaria do Tesouro Nacional, em função da sua autonomia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Governador disse que fez um ajuste de conduta com o Ministério Público. Perguntar ao Secretário Heron, o que é esse ajuste de conduta, que o Governador fez com o Ministério Público? Existe por escrito isso? Foi concedido? Só foi falado, tem documento? Como é que foi esse ajuste de conduta que o Governo repassou algo que não gostaria, segundo o que foi declarado pelo Governador à imprensa?

O SR. HERON ARZUA

Foi uma expressão usada pelo Governador do Estado. Se V. Exa. perguntar ao Ministério Público, ele não saberá o que é ajuste de conduta. Penso que o que o Governador queria do Ministério Público, é que eles não gastassem com pessoal mais do que o permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não houve acordo. Não houve nada. Tanto o Ministério Público, como o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa, que são órgãos dos quais não temos conhecimento das contas, dizem que no ano passado o Orçamento fez uma previsão de receita e não conseguimos realizar essa previsão de receita. Está no quadrinho nº 01, que chegamos em noventa e poucos por cento.

Então, a defesa de todos esses órgãos, é que eles gastaram com base na previsão orçamentária e não com base na receita efetivamente auferida. Então, essa era a maior argumentação do Ministério Público, que eles seguiram o Orçamento do Estado e no final o Orçamento não se realizou. Agora, o ajuste de conduta que V. Exa. fala, que foi uma expressão usada pelo Governador, tenho a impressão que ele se referia a despesas com o pessoal do Ministério Público, que eles estariam gastando mais do que deveriam e que neste ano ele não toleraria que eles ultrapassassem os índices.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O que significa não tolerar, Secretário?

Se tolerou no ano passado, este ano não tolerar significa o quê?

O SR. HERON ARZUA

Veja, o Ministério Público é um órgão autônomo e nós não temos nenhuma ingerência na tratativa das contas

deles, como não temos da Assembléia Legislativa, como não temos do Poder Judiciário - nós só podemos responder pelo Poder Executivo. Agora, os índices estão aí e nós teríamos que fazer um fórum com o Ministério Público, chamar o Ministério Público para ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)**O SR. TADEU VENERI**

Bom dia, Sr. Presidente, Dr. Nestor.

Só gostaria que o senhor pudesse nos informar por que a PETROBRAS mudou o seu conceito de arrecadação, e não sei se o senhor pode nos dizer quanto isso impacta no Orçamento, porque até onde sei a PETROBRAS fazia arrecadação antecipada de ICMS e parece-me que a PETROBRAS significa 20% de toda a arrecadação do Estado. Essa antecipação que hoje não é mais feita - se de fato essa informação for verdadeira - porque a PETROBRAS estaria fazendo arrecadação depois da venda e não antecipada. Quanto isso impacta no Orçamento? E também essa mudança de critérios, de antecipada e pós-venda. E se há uma previsão de aumento da receita corrente líquida, se ela fica na faixa de 7 ou 7,5%?

O SR. NESTOR BUENO

Com respeito a PETROBRAS, o Dr. Heron quer fazer algum comentário?

O SR. HERON ARZUA

Desculpe-me, Deputado! Por falha minha, porque o Deputado aqui estava me perguntando e não entendi a sua pergunta sobre a PETROBRAS!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Houve uma mudança de critério técnico de arrecadação da PETROBRAS? E a pergunta que faço é: quanto isso impacta na receita do Estado? Porque a PETROBRAS fazia um antecipação de ICMS e parece-me que cerca de 20% da arrecadação do Estado é de ICMS provindo da PETROBRAS e hoje ela mudou esse critério e não faz mais essa antecipação. Então, a pergunta que faço é: quanto isso impacta na nossa receita?

O SR. HERON ARZUA

A PETROBRAS pediu para fazer o pagamento de ICMS mais próximo dos recebimentos deles. E isso o pessoal da Receita do Estado fez uma conta lá e achou que isso ficava dentro do próprio mês, isso não teria nenhuma repercussão na receita, como me parece que não houve. Apenas eles queriam não antecipar, não tirar dinheiro do caixa deles, mas esperar primeiro eles receberem, para depois eles pagarem. Como a PETROBRAS

é nosso principal contribuinte - V. Exa. mesmo falou em 20% e é mais do que isso - nós tratamos a PETROBRAS com todo o carinho. O pessoal entendeu que o pleito deles era absolutamente legítimo e isso não traria problemas para a arrecadação do Estado.

Quer falar alguma coisa, Nestor?

O SR. NESTOR BUENO

Não. Gostaria só de dar uma explicação ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Dr. Nestor, desculpe-me! Antes que o senhor dê a explicação ao Deputado Jocelito Canto, gostaria que, se possível, o senhor complementasse a pergunta que fiz, porque além do ICMS da PETROBRAS, perguntei se há uma previsão - e se ela se confirma - de aumento da receita corrente líquida em torno de 7 ou 7,5%, neste exercício.

O SR. NESTOR BUENO

Não. Nós não estamos ainda com esses cálculos concluídos. Nós dependemos, para fechar os cálculos, de duas coisas: temos hoje dentro da Secretaria da Fazenda, aproximadamente uns quatrocentos processos de compensação do ICMS com precatório. E esse volume de pedido de compensação traz como resultado aproximadamente quatrocentos milhões de reais.

Então, o que nós pretendemos é evitar esta compensação, evitar a compensação do precatório com ICMS, principalmente do ICMS que é recolhido por guia e não aquele só inscrito em dívida ativa, mesmo porque 25% da arrecadação do ICMS não pertencem ao Estado. A Constituição é muito clara: pertence ao Município. Então, se pretende acabar com isto. Se nós acabarmos com isto, eu tenho quase certeza que vamos arrecadar, pelo menos, mais cem milhões, e podemos então correr atrás daquele déficit já argüido por toda a mídia de que nós não atingiremos a receita que está prevista no orçamento deste ano de 10 bilhões e 153, havendo, conseqüentemente, como precaução do próprio Secretário da Fazenda, uma notícia a todas as Secretarias de Estado que tivessem um pouco mais de cautela nos gastos públicos.

Mas eu acho que com isto vamos tentar arrecadar um pouco mais e vamos, talvez - também a expectativa da Secretaria da Fazenda é muito grande - com esperança, na safra agrícola do Estado, embora a exportação do produto primário não gere, de momento, nenhum imposto, nenhum ICMS na exportação, eu tenho certeza de que se for uma safra como nós esperamos que seja, essa comercialização interna que vai acontecer a partir do mês de abril e que vai se concretizar até o final de maio, nós teremos a possibilidade de arrecadar, se não os 680 milhões que nós estamos prevendo que vai acontecer de déficit, talvez mais da metade disto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati, último orador inscrito.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Sr. Heron, Dr. Nestor.

De vez em quando, Dr. Heron, passamos aqui a tarde toda discutindo se o Secretário falou, não falou, colocou no site, não colocou. Ainda ontem, com o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, ficamos aqui umas três horas discutindo, aprova, não aprova o requerimento. De repente, eu vejo V. Exa. aqui tão gentilmente presente nesta Casa, com sua equipe, Dr. Nestor, um ambiente tranquilo, respeitoso.

Então, quero dizer que me cabe parabenizar V. Exa., aliás o Paraná. Confesso até, Presidente Nelson Justus, fazia dez anos que estava fora como Deputado, estou voltando agora, não sei nem onde fica o prédio da Secretaria de Finanças. Como não tenho nenhum Prefeito que está ligado a mim e também não tenho nenhum assunto para tratar na Secretaria de Finanças - creio que para ser Deputado não há necessidade de estar indo lá aborrecer o Secretário - então, o que eu vou falar, tenho mais tranquilidade para elogiar o Sr. Secretário, está de parabéns o Paraná pela sua competência, pela sua dignidade no exercício do cargo.

E me permita, Secretário, não sou médico também, sou médico leigo, do tempo da parteira: como está o coração de V. Exa.?

O SR. HERON ARZUA

Muito bom.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Está bom? Já que está bom, eu queria aproveitar, então, porque eu percorro a minha região, Norte do Paraná, Sr. Secretário, e o que tem de servidor chorando por um aumento de salário! De vez em quando, encontro policiais que mostram o contracheque, o soldo deles é inferior a um salário mínimo! Vamos aproveitar esse coração bom de V. Exa., quem sabe a grande manchete de amanhã nos jornais, da visita honrosa de V. Exa. a esta Casa, seja anunciar que vai dar um aumento para essa meninada aí que trabalha no serviço público, Secretário. Eu falo isso porque conversamos com professor, com merendeiro, com gente de todo segmento do serviço público e estamos vendo no serviço público brasileiro, há muitos anos, o salário achatado.

Queria aproveitar para dar uma sacudida nesse coração bom do Secretário e quem sabe o senhor dê uma grande notícia aí que venha a animar o funcionalismo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, quero primeiramente registrar aqui a honrosa presença do Vereador Sidney Jardim, da Cidade de Campo Mourão.

Estou usando a palavra só para - às vezes você não é bem atendido num lugar e usa a palavra para criticar - eu quero agradecer. Estive lá na Secretaria de Finanças, foi a primeira Secretaria que eu visitei e fui recebido pelo Dr. Nestor. Quero agradecer, Dr. Nestor o seu carinho, a sua atenção. Fui lá tirar algumas dúvidas em relação a minha região e como disse o Deputado Belinati, também não tenho vínculos com Prefeitos, nossa eleição veio do povo e quero agradecer muito o carinho que o senhor teve comigo naquela tarde. Fui lá tirar algumas dúvidas e o senhor sanou-as.

Obrigado.

O SR. NESTOR BUENO

Eu fiquei devendo uma última resposta à sua consulta. O senhor me consultava a respeito da autenticação dos livros e que havia uma dificuldade grande em função do término desse serviço de autenticação em Campo Mourão e que os empresários tinham que se deslocar até Umuarama, se não me engano, para isso. Mas eu quero informar o seguinte: essa autenticação já foi extinta. Não há mais necessidade nenhuma de empresário algum autenticar livros fiscais na Receita Federal.

Eu gostaria, Presidente, se me permitir fazer uma explicação ao Deputado Jocelito, eu tenho uma consideração muito grande pelo Deputado e sei que o Presidente também, por estirpe, é ponta-grossense, o Deputado Jocelito foi Prefeito da minha terra e eu não posso deixar de fazer uma explicação.

Gostaria de recordar, Deputado, que o orçamento é uma previsão de receita e uma fixação de despesa. Quando nós fixamos a despesa do ano passado, fixamos uma despesa e informamos aos outros Poderes que eles podiam, sem dúvida alguma, elaborar seus orçamentos baseados naquela despesa relativa a cada um daqueles órgãos que estávamos fixando no orçamento. Daí porque, sem procuração, até defendendo a posição do Ministério Público. Ele elaborou seu orçamento baseado naquela fixação dos valores que seriam repassados a ele durante o ano.

Como nós conseguimos realizar econômica e financeiramente a receita, não conseguimos realizar aproximadamente duzentos milhões de receita e ainda tivemos a suspensão da repensão pela Secretaria do Tesouro de aproximadamente, no ano passado, cem milhões. Isto dificultou o Ministério Público porque estas informações, evidentemente, só foram passadas ao Ministério Público, depois dos meses de julho e agosto. Até então ainda se

tinha uma expectativa de receber o que estava sendo retido e também de realizar o total da despesa que estava prevista. Como não aconteceu, acho que a reivindicação do Ministério Público em cumprir o orçamento a ele pelo Conselho Geral do Ministério Público, tinha muito sentido e ele não podia sofrer este tipo de punição.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para fazer um complemento, até porque o Dr. Nestor citou, eu só lamento que o Ministério Público tenha jogado muitas contas a pagar de dezembro, que foram pagas em janeiro. Além desse dinheiro que o Estado passou, eles passaram muitas contas para esse mês de janeiro. Isso é crime.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado os debates.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Eu farei um apelo ao nosso ilustre visitante, dirigir uma palavra ao nosso servidor, porque seria interessante, Secretário.

O SR. HERON ARZUA

Agradeço os seus cumprimentos. V. Exa. talvez tenha esquecido que quando Prefeito de Londrina, certa feita me contratou como advogado. Isso há, acho que foi na primeira gestão, já faz muito tempo. Eu levo por esse caminho que nós já demos alguma assessoria à Prefeitura de Londrina, em épocas anteriores.

O problema do aumento do funcionalismo público esbarra única e simplesmente na Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor verificou aqui no quadro nº 5, que o Poder Executivo está em 44,91. O limite é 49. Então, o Estado do Paraná está no limite com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Governador ainda ontem nos convocou - eu estava em Brasília, mas o Dr. Nestor foi a essa reunião - porque ele queria fazer isso que V. Exa. está sugerindo. Ele queria dar um aumento. Olha, se V. Exa. quer dar um aumento, nós vamos ultrapassar os índices da Lei de Responsabilidade Fiscal e automaticamente vamos ser punidos pela Secretaria do Tesouro Nacional com mais uma penalidade.

A angústia não só dos Estados brasileiros, como dos Municípios, hoje, é o problema da limitação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu sou uma das poucas pessoas neste País, que sempre me insurgei contra essa Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela veio dizer para todos nós que todos os nossos administradores públicos - Governadores, Prefeitos, Presidente - sempre foram irresponsáveis. É isso que ela está dizendo.

E todo mundo esqueceu quando ela veio, que concepção trouxe. Concepção do neoliberalismo, que o Estado devia se abster de enfrentar certas situações. Tinha que vender banco, vender energia elétrica, vender

tudo como os Estados brasileiros tiveram que fazer, na gestão passada. Era uma concepção da época. Essa lei veio no bojo do consenso de Washington, em que o Estado tinha que ser minorado. Com isso, veio apertar a administração dos Estados, das Prefeituras. Eu não sei até quando nós vamos suportar esses limites. Porque eu temo, que alguns Estados - eu cito o caso do Rio Grande do Sul que já ultrapassou. O Rio Grande do Sul não consegue mais, o 13º salário eles não pagam faz muito tempo, em função dessas limitações. Tanto é que os Estados têm uma reivindicação ao Congresso Nacional de que despesas de funcionários de Educação, de Saúde e de Segurança, estejam fora do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porque nós não vamos - o Governador está construindo aí doze penitenciárias, está fazendo não sei quantos hospitais - eu não sei como nós vamos prover de gente, nos limites que nós estamos.

Eu já disse, particularmente, entendo que essa lei não é uma lei boa. Ela passa do pressuposto que todos os administradores públicos, os Prefeitos e os Governadores sempre foram desleixados. Isso, rigorosamente, não é verdade, essa lei acaba oprimindo a prestação do serviço público. Ela está deixando o nosso povo mais pobre, porque nós não podemos, ficamos nós nessa angústia que precisamos dar aumento para as professoras, para o pessoal da Saúde e não podemos, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, nós sabemos da premência que tem isso Segurança Pública, os presídios que estão sendo construídos, vamos ter que nos organizar para isso e no entanto temos uma lei que friamente diz o seguinte: limite de despesas com pessoal - 49%, limite prudencial - 46,55, alerta do Tribunal de Contas, já passamos, 44,91%.

Agora, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi posta no meio do caminho. Aliás, precisou até uma interpretação do Presidente do PMDB, que é professor de Direito Constitucional, Michel Temer, esquecemos que ele é um dos maiores constitucionalistas do País e ele disse: "espera aí minha gente, não vamos aplicar para trás, os Prefeitos todos vão ser presos. Vamos aplicar para frente." Mesmo aplicando para frente, pegou o bonde andando.

Todos os Estados estão com este problema, mesmo tendo dinheiro disponível, mesmo um Governador querendo dar aumento de salário, como o nosso Governador quer e nos convocou para uma reunião ontem. Estamos dentro desse impasse. A saída é você fazer como a Constituição exigiu: uma percentagem na Educação, exigiu uma percentagem na Saúde, tirar esse pessoal dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, senão o senhor vai viajar pelo Paraná e os professores vão continuar reclamando, todo mundo vai continuar reclamando e nós não podemos fazer, porque se nós fizermos vamos ser apenados, ao invés de eles tirarem dez milhões por mês, eles vão tirar vinte. E não é da vontade política da administração federal.

Tenho estado muito em contato com a administração federal e quero dizer aos senhores que os Ministros

do Governo Federal e o Presidente da República têm a maior sensibilidade para esses assuntos. Mas existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal. E existe toda uma mídia nacional dizendo que esta lei é a maior maravilha do mundo. Os senhores pegam a Folha de São Paulo, O Globo: *Os Estados que não cumpriram a Lei...* Parece crime, eles não vão verificar onde foi gasto esse dinheiro.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Não tem nada a ver com o Estado. Mas tem Prefeito do Paraná jogando sempre a Lei de Responsabilidade Fiscal para o sindicato dos servidores quando eles pedem aumento. O que está acontecendo, V. Exa. que vai sempre para Brasília, é um aspecto que seria importante avaliarmos. Um Prefeito pega lá, ao invés de fazer concurso público, ele contrata uma determinada empresa e terceiriza a contratação de pessoal para a Prefeitura. Muitas vezes a faxineira, que vai levar só R\$ 500,00 de salário para casa no fim do mês e a Prefeitura vai pagar para a empresa terceirizada R\$ 1.500,00, R\$ 2.000,00. Tem casos no Paraná que o Prefeito dá aumento para um determinado segmento do funcionalismo, a folha vai lá em cima e ele ferra os demais segmentos. Os demais vão pedir aumento e ele diz: está aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal e já está estourada. Então, é um fato que o Congresso Nacional vai ter que analisar, essa história de terceirização, porque tem muita empresa ganhando milhões à custa do servidor. Não é o servidor que está levando vantagem, são empresas que são contratadas para terceirização.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BUENO

Só uma explicação para o Deputado. A terceirização integra o percentual da despesa com pessoal, ela não fica de fora. Ainda complementando...

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Ela integra e por isso que os demais segmentos são ferrados.

O SR. NESTOR BUENO

Ela integra e conseqüentemente não fica com condições. Agora, essa diferença de 44,10 para 44,95, em função de nós termos ultrapassado já o alerta do Tribunal de Contas, temos que reajustar nesse próximo quadrimestre. No próximo quadrimestre nós temos que reduzir esses 44,91 e chegar novamente a 44,10.

O SR. HERON ARZUA

Agora, eu não tenho procuração, mas os Prefeitos ficam numa situação difícil, porque se eles dão aumento e não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal, aí entra os amigos do Deputado Jocelito: improbidade, intervenção. Os administradores públicos, hoje, estão sujeitos. E os Prefeitos, muito mais, porque eles não têm toda uma defesa. O senhor veja que o Ministério Público não se

mete muito com os Governadores e com o Presidente da República, nunca. Mas, com os Prefeitos!

Então, o Prefeito tem este problema, atualmente. Ou ele cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal e daí não dá aumento, ou ele dá aumento e passa a ser responsabilizado como um irresponsável, fiscalmente, perante a lei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ele não se mete com o Governador porque é o Governador quem o nomeia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Regimentalmente, as duas Lideranças, da Oposição e do Governo, têm cinco minutos para se manifestar, sem apertes.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Apenas, Sr. Presidente, para solicitar e reafirmar aquilo que falamos na nossa intervenção, quando questionamos o Dr. Nestor Bueno. Que seja enviado para o meu gabinete a relação, ano após ano, do pagamento daquela dívida que consta da folha 8, dos pagamentos realizados até dezembro de 2006, em que período eles efetivamente ocorreram. Bem como, o senhor falou que estava na internet, mas se pudesse enviar junto a planilha da questão de Saúde, quanto o Governo do Estado gastou e parece que também está separado quanto o Governo gastou em relação à receita corrente líquida e incluindo a questão do Saneamento, a que percentual chegaria isto.

Eu só quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, especialmente ao Secretário Heron Arzua, e também ao Nestor Bueno, em relação a esta Audiência Pública e os documentos que recebemos, que agora em maio teremos a próxima Audiência Pública. O Deputado Osmar Bertoldi já levantou esta questão, mas que ficasse claro que fosse enviado para os Srs. Deputados, no mínimo com oito dias de antecedência, toda a planilha, completa, para que possamos chegar aqui com conhecimento e possamos discutir com antecedência os números, porque hoje, Diretor Nestor e nosso Secretário Heron, como é que vamos discutir números, tecnicamente, com a Secretaria da Fazenda? Primeiro, nós não somos especialista na área econômica, mas o conhecimento que temos é da nossa vida no Legislativo e da nossa vida no Parlamento.

Então, longe de querer fazer oposição só pelo bel prazer de fazer oposição. O que nós queremos é que nosso Paraná vá bem. Se o Paraná vai bem, nós paranaenses vamos melhor ainda.

Para colaborar com a questão levantada pelo Deputado Antonio Belinati, se fosse possível a Secretaria da Fazenda, que tem os números, fácil - nós sabemos que existe o limite constitucional permitido com gasto com a folha de pagamento em relação a receita corrente líquida, que é de 49%, um limite do Tribunal de Contas - se pudesse enviar também para este Parlamentar, quanto é

que o Estado gastou com a folha de pagamento, desde 1994 até 2006, inclusive, com a folha de pagamento. O percentual.

Então, eu solicitaria que a Secretaria da Fazenda enviasse para nós aquilo que nós solicitamos, na nossa intervenção, e agora em relação à folha de pagamento, quanto o Estado gastou, efetivamente, com a folha de pagamento, na administração direta e indireta, nos seus limites em relação à receita corrente líquida. E com toda certeza, de posse destes documentos, nós vamos continuar conversando com o Dr. Nestor, com o Dr. Heron Arzua, na certeza de que precisamos defender o Estado do Paraná. Só que nós gostaríamos de, na próxima vez, receber com antecedência esta planilha completa, com todos os anexos, para que possamos travar um debate, efetivamente, até com mais conhecimento destes números.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, estes percentuais que o Deputado está solicitando estão na internet desde 2000. Se for consultada a internet, o senhor vai observar estes percentuais, no gasto com Saúde, desde o ano de 2000.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu não perguntei da Saúde, Dr. Nestor, eu perguntei da folha de 94 até agora. Eu pedi uma solicitação, por fineza, devo o maior respeito aos senhores. E da mesma forma gostaria de ser tratado pelo senhor.

O SR. NESTOR BUENO

A folha também está, mas nós fazemos e vamos encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu pedi de 1994 a 2000.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

***Deputado Luiz Cláudio Romanelli
(PMDB)***

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Secretário Heron Arzua, Dr. Nestor, toda a equipe técnica da Secretaria da Fazenda.

Nós assistimos, hoje, uma demonstração cabal da situação financeira do Estado. Alguns números, claro, preocupantes. Preocupantes porque há que se reconhecer que a dívida pública do Paraná cresceu muito e embora tenhamos feito um grande esforço para o pagamento, temos feito um grande esforço de pagamento, temos que reconhecer que temos um grande problema pela frente, que tem impossibilitado, inclusive por conta da má gestão do dinheiro público, havido especialmente na gestão

de oito anos do ex-Governador Jaime Lerner, nós temos aí a chamada “herança maldita”, que é a incapacidade de o Paraná, hoje, poder contrair empréstimos - não por falta de capacidade de endividamento - mas, por falta de capacidade de pagamento. São longos anos que temos pela frente, ainda, para equilibrar as finanças do nosso Estado.

Mas, quero aqui parabenizar a equipe comandada pelo Secretário Heron Arzua, uma equipe composta de homens e mulheres, de pessoas probas, capazes, e ao mesmo tempo com sensibilidade para identificar as grandes demandas do nosso Estado. E aqui foi feita uma tentativa de poder, um sofisma, descredenciar a apresentação desta apresentação, desta Audiência Pública, que demonstra a situação financeira do Estado, mas que ficou cabalmente demonstrada a lisura dos procedimentos, a aplicação do manual, que é utilizado por todos os Estados da Federação, por exigência da Secretaria do Tesouro Nacional, e que demonstra que o Paraná foi superavitário em 524 milhões e depois de feitos todos os pagamentos, ainda restavam doze milhões de reais. Esta é a demonstração cabal da boa gestão financeira do Estado do Paraná.

E eu penso que é muito importante, sim, trazermos aqui o ex-Presidente Luís Faria, porque estava aqui o Deputado Elio Lino Rusch, por expediente enviado formalmente a esta Casa dizendo da situação financeira do Banco do Estado do Paraná, no dia 31 de dezembro de 1994 e como também aqui nas sessões secretas que realizamos, quando começamos a ter problemas com o BANESTADO, a discussão havida sobre a situação extremamente desfavorável do BANESTADO. O que nós assistimos depois, nós sabemos: desmandos, desvios, desvios fortíssimos da BANESTADO Leasing, compra dos títulos podres, enfim, foram empréstimos mal havidos que resultaram nessa dívida quase que impagável, pelo menos pela nossa geração, mas que seguramente é um grande prejuízo para o Estado do Paraná, porque 54 milhões de reais é dinheiro que falta para investir na Educação e na Saúde.

Fica claro aqui o compromisso que o Governo tem de cumprir os limites constitucionais que estão sendo rigorosamente cumpridos. Só lamento, Sr. Presidente, como um dos oradores que me antecedeu, a ausência dos Deputados. Lamento muito isso. Lamento porque há Deputados, especialmente da Oposição, que se comportam neste Plenário como se o mundo começasse a ter existido depois que eles nasceram ou que começaram a fazer política. Certamente, virão na segunda-feira, aqui, lendo colunas de jornais tentando desinformar essa discussão. Por isso, parabeno os Deputados de Oposição que participaram dessa discussão. Foram muito proveitosas as afirmações.

Sr. Presidente, acredito que a Casa tem que tomar um certo cuidado. V. Exa. não era o Presidente ainda, mas a Casa, de fato, tem que observar os prazos previstos

na legislação. A Secretaria de Estado da Fazenda cumpriu religiosamente com os prazos, encaminhando o relatório no tempo devido a esta Casa. Creio eu que devemos, certamente, na próxima Audiência Pública, além de convocar todos os Deputados nos prazos que temos previsto, também convidar a sociedade civil organizada para participar deste debate, que eu penso ser muito importante, porque essa interatividade com a sociedade é que faz uma diferença muito grande na gestão democrática do dinheiro público.

Parabéns a toda equipe dirigida pelo Secretário Heron Arzua e, certamente, nós que participamos desse processo, saímos muito melhor informados sobre a situação financeira e econômica do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência, ao encerrar a presente Sessão, quer agradecer...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, é louvável a intenção do nobre colega de profissão e de Parlamento, Deputado Jocelito, a respeito de convocar o Fayet para vir a esta Casa. No entanto, o Sr. Fayet não é funcionário público e, pela lei, ele pode ser convidado e vai aceitar, se quiser, o convite da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Ao encerrar esta Sessão, quero agradecer a presença de todos, especialmente dos Deputados que atenderam nosso apelo para o cumprimento de uma prerrogativa muito importante. Quero crer que na próxima Audiência Pública teremos um número mais expressivo de Deputados.

Quero agradecer ao Secretário Heron Arzua, ao Dr. Nestor, ao Dr. Sérgio, enfim, à equipe da Secretaria da Fazenda pela fidalguia, pela gentileza com que respondeu às perguntas de todos Deputados, fugindo do tema e podendo esclarecer a todos da forma mais amistosa possível.

Este Parlamento é exatamente a Casa do Povo e os Deputados que o representam fazem as indagações, embora fugindo ao tema, daquilo que lhes é perguntado. Por essa razão, eu cumprimento a maneira gentil, fidalga, técnica e profissional com que V. Sas. se portaram nesta manhã.

Está encerrada a presente Audiência Pública.